

assim se pariu o brasil

pedro almeida vieira

Este livro não segue as normas do novo Acordo Ortográfico



SAÍDA DE EMERGÊNCIA
livros para fugir da rotina

ÍNDICE

1	O Donatário Quis Caçar e Foi Caçado	15
2	Sardinha no Almoço Sai Caro	25
3	<i>L'Inaccessible Ville Merveilleuse</i>	33
4	No Maranhão Ninguém Bota a Mão	47
5	Meridiano de Sangue	59
6	Os Holandeses Não Sabem Sambar	73
7	Os Estranhos Caminhos do Patriotismo e da Traição	87
8	Os Males da Cachaça	111
9	A Extrema-Unção do Governador Desastrado	121
10	A Ingenuidade se Paga com Sangue	131
11	Do Quilombo ao Panteão, Três Séculos São ...	143
12	Um Faroeste Lusitano no Eldorado	155
13	Os Heróis Não São Eternos	171
14	Cloreto de Ódio	183
15	A Fúria ao Homem Branco	191
16	Dias Infernais na Terra do Quinto	199
17	Antes a Morte Que Tal Sorte	209
18	O Quinto Império Estorricado	219
19	Um Acordo para um Real Pesadelo	233
20	O Santo Vivo, o Herege Morto e o Umbandista	249
21	O Bode Expiatório que Se Fez Herói	261

22	O Crime de Querer Ser Livre	273
23	A Vingança Servida Quente	281
24	A República Tingida de Sangue	293
25	Um Reino a Quatro Mãos	305
	Bibliografia	323

ÍNDICE DE TAGS

AGRICULTURA

- 8 Os Males da Cachaça 111
10 A Ingenuidade se Paga com Sangue 131
14 Cloreto de Ódio 183

BANDEIRANTES

- 5 Meridiano de Sangue 59
11 Do Quilombo ao Panteão,
Três Séculos São 143
15 A Fúria ao Homem Branco 191

CANIBALISMO

- 1 O Donatário Quis Caçar e Foi Caçado 15
2 Sardinha no Almoço Sai Caro 25

COLONIZAÇÃO

- 1 O Donatário Quis Caçar e Foi Caçado 15
2 Sardinha no Almoço Sai Caro 25
3 *L'Inaccessible Ville Merveilleuse* 33
4 No Maranhão Ninguém Bota a Mão 47
5 Meridiano de Sangue 59
15 A Fúria ao Homem Branco 191
17 Antes a Morte Que Tal Sorte 209
19 Um Acordo para um Real Pesadelo 233

CONFLITOS ÉTNICOS

- 1 O Donatário Quis Caçar e Foi Caçado 15
2 Sardinha no Almoço Sai Caro 25
5 Meridiano de Sangue 59

11	Do Quilombo ao Panteão, Três Séculos São	143
15	A Fúria ao Homem Branco	191
17	Antes a Morte Que Tal Sorte	209
19	Um Acordo para um Real Pesadelo	233

CONFLITOS SOCIAIS

8	Os Males da Cachaça	111
9	A Extrema-Unção do Governador Desastrado	121
10	A Ingenuidade se Paga com Sangue	131
12	Um Faroeste Lusitano no Eldorado	155
13	Os Heróis Não São Eternos	171
14	Cloreto de Ódio	183
16	Dias Infernais na Terra do Quinto	199
19	Um Acordo para um Real Pesadelo	233
21	O Bode Expiatório que Se Fez Herói	261
22	O Crime de Querer Ser Livre	273
24	A República Tingida de Sangue	293
25	Um Reino a Quatro Mãos	305

CONSPIRAÇÃO

18	O Quinto Império Estorricado	219
20	O Santo Vivo, o Herege Morto e o Umbandista	249
21	O Bode Expiatório que Se Fez Herói	261
22	O Crime de Querer Ser Livre	273

ESCRavidão

5	Meridiano de Sangue	59
11	Do Quilombo ao Panteão, Três Séculos São	143
15	A Fúria ao Homem Branco	191
17	Antes a Morte Que Tal Sorte	209

ESPAÑHÓIS

5 Meridiano de Sangue	59
19 Um Acordo para um Real Pesadelo	233

FRANCESES

3 <i>L'Inaccessible Ville Merveilleuse</i>	33
4 No Maranhão Ninguém Bota a Mão	47
23 A Vingança Servida Quente	281

GUERRA

3 <i>L'Inaccessible Ville Merveilleuse</i>	33
4 No Maranhão Ninguém Bota a Mão	47
6 Os Holandeses Não Sabem Sambar	73
7 Os Estranhos Caminhos do Patriotismo e da Traição	87
19 Um Acordo para um Real Pesadelo	233
23 A Vingança Servida Quente	281
25 Um Reino a Quatro Mãos	305

HOLANDESES

4 No Maranhão Ninguém Bota a Mão	47
6 Os Holandeses Não Sabem Sambar	73
7 Os Estranhos Caminhos do Patriotismo e da Traição	87

ÍNDIOS

1 O Donatário Quis Caçar e Foi Caçado	15
2 Sardinha no Almoço Sai Caro	25
3 <i>L'Inaccessible Ville Merveilleuse</i>	33
5 Meridiano de Sangue	59
17 Antes a Morte Que Tal Sorte	209
19 Um Acordo para um Real Pesadelo	233

INVASÃO

3 <i>L'Inaccessible Ville Merveilleuse</i>	33
--	----

4	No Maranhão Ninguém Bota a Mão	47
5	Meridiano de Sangue	59
6	Os Holandeses Não Sabem Sambar	73
7	Os Estranhos Caminhos do Patriotismo e da Traição	87
23	A Vingança Servida Quente	281

JESUÍTAS

2	Sardinha no Almoço Sai Caro	25
5	Meridiano de Sangue	59
10	A Ingenuidade se Paga com Sangue	131
19	Um Acordo para um Real Pesadelo	233
20	O Santo Vivo, o Herege Morto e o Umbandista	249

MOVIMENTO INDEPENDENTISTA

18	O Quinto Império Estorricado	219
21	O Bode Expiatório que Se Fez Herói	261
22	O Crime de Querer Ser Livre	273
24	A República Tingida de Sangue	293
25	Um Reino a Quatro Mãos	305

OURO

12	Um Faroeste Lusitano no Eldorado	155
16	Dias Infernais na Terra do Quinto	199
21	O Bode Expiatório que Se Fez Herói	261

RELIGIÃO

2	Sardinha no Almoço Sai Caro	25
3	<i>L'Inaccessible Ville Merveilleuse</i>	33
18	O Quinto Império Estorricado	219
20	O Santo Vivo, o Herege Morto e o Umbandista	249

SUBLEVAÇÃO

8 Os Males da Cachaça	111
9 A Extrema-Unção do Governador Desastrado	121
10 A Ingenuidade se Paga com Sangue	131
12 Um Faroeste Lusitano no Eldorado	155
13 Os Heróis Não São Eternos	171
14 Cloreto de Ódio	183
16 Dias Infernais na Terra do Quinto	199

UNIÃO IBÉRICA

4 No Maranhão Ninguém Bota a Mão	47
5 Meridiano de Sangue	59
6 Os Holandeses Não Sabem Sambar	73
7 Os Estranhos Caminhos do Patriotismo e da Traição	87

1

O DONATÁRIO QUIS CAÇAR E FOI CAÇADO

A maior incógnita para quem se aventurava pelos mares durante a chamada Época dos Descobrimentos era saber se, antes ou depois de uma tempestade, vivo ou morto se ficava. Apanhar borrascas infalível era; apanhar terra, seco ou molhado, muito incerto. E mais ainda, o sítio exacto. Muitas vezes, o destino afinal era muito diferente daquele previsto à partida. Restava depois saber se a chegada à praia era em posição horizontal, aos trancos e barrancos, aos baldões pelas ondas, ou na vertical, saltando de um batel. E depois ainda, se se sobrevivia terra adentro. Contava, para tudo isto, a destreza, mas também muita sorte.

E desmesurada sorte, no decurso de tempestades e depois delas, teve Pedro Álvares Cabral após levantar âncora da praia de Belém, em Lisboa, nos primeiros dias de Março de 1500. Capitaneando uma armada com cerca de milhar e meio de marujos, além de gentes da marinha, devia ele arribar em Sofala para visitar, em seguida, diversos soberanos da costa das Índias. O rei D. Manuel I pretendia fortalecer laços diplomáticos com as gentes daquelas terras e ali criar feitorias. Era ousada aventura marítima, embora já não inédita. Em todo o caso, mereceu esta viagem

a devida pompa à saída de Lisboa, com bênção e missa celebrada pelo bispo de Ceuta. Na ocasião, o rei português ofertou à cabeça de Cabral um chapéu bento enviado propositadamente de Roma pelo poderoso Rodrigo Bórgia, feito papa Alexandre VI.

Os primeiros treze dias da travessia não foram aziagos, excepto para uma nau que se tresmalhou antes das ilhas de Cabo Verde. Decidiu Cabral ainda aguardar dois dias, mas perdida a esperança de reunir aquela embarcação, continuou viagem. Para contornar as calmarias no litoral africano, o experiente navegador meteu-se mar adentro. Foi à bolina mas também com rapidez apanhou uma famigerada tempestade. Tentando fugir da tormenta, rumou ainda mais para oeste. E tanto se afastou de África que, correndo o dia 24 de Abril, e para sua grande admiração, avistou terra onde não era suposto existir. Pensou que dera a volta ao Mundo; ser ali o lado oposto das Índias. Não era: estavam diante do denominado Monte Pascoal, no actual Estado brasileiro da Bahia. Um sortudo engano.

Cabral mandou seguir então Nicolau Coelho — um dos seus mais experientes capitães, que participara na célebre primeira viagem de Vasco da Gama às Índias — até terra firme, num batel na companhia de alguns homens. À medida que se aproximavam da praia, vislumbraram um grupo de indígenas. Segundo Pêro Vaz de Caminha, o célebre cronista da expedição de Pedro Álvares Cabral, «eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram». Não chegou a haver contacto directo, nesta ocasião. O mar encapelado impediu o desembarque, mas mesmo assim se trocaram presentes: os portugueses deixaram um barrete vermelho, uma carapuça de linho e um sombreiro preto, recebendo dos indígenas um sombreiro de penas de ave coroado por penas vermelhas e pardas, bem como um ramal grande de continhas brancas.

Levantando uma ventania, Cabral decidiu rumar mais para sul para buscar refúgio. Descobriu um pouco a norte enseada tranquila, que logo baptizou, com lógica cristalina, de Porto Seguro. Aí alcançaram dois nativos numa canoa e os levaram para a nau do comandante português. Os relatos de Pêro Vaz de Caminha sobre este primeiro encontro entre dois mundos testemunham momentos algo surreais mas perfeitamente



pacíficos. Comunicando por gestos, os portugueses ofereceram diversa comida — pão, peixe, confeitos, pastéis, mel, figos passados —, que os índios provaram mas não apreciaram. Cuspiram o vinho, serviram-se da água apenas para lavarem a boca. Mostraram apenas interesse, até desmesurado, numas contas brancas de rosário e no colar de ouro de Pedro Álvares Cabral. Depois, acabaram dormindo uma sesta na nau e, acordando, foram-se embora.

Nos dias seguintes, os portugueses desembarcaram em grande número. Apesar de alguma desconfiança inicial, estreitaram-se os contactos com os indígenas, que deixaram, passado algum tempo, de surgir armados. Ou, quando muito, se traziam arcos era para os trocarem «por folhas de papel e por alguma carapucinha velha ou por qualquer coisa», como relatou Pêro Vaz de Caminha. Daí rapidamente se passou para a confraternização. Em certa ocasião, escreveu ainda o cronista, «Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer», atravessou um rio até à aldeia indígena «e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras, e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito».

Até ao primeiro dia de Maio desse ano de 1500, data do término do relato de Pêro Vaz de Caminha, os portugueses conviveram sem os indígenas mostrarem a mínima animosidade dos nativos. O cronista escreveu mesmo que os índios «andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles».

Este suposto Éden era, porém, ilusório. A armada de Pedro Álvares Cabral tivera, sim, a suprema sorte de, primeiro, se ter salvado de uma tempestade no Atlântico, depois de ter por acaso chegado a terras desconhecidas e, por fim, encontrar nativos pacíficos. De facto, no ano seguinte, Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio, então ao serviço da Coroa portuguesa, não abraçaram similar fortuna¹. Já com a intenção de explorar melhor aquelas vastíssimas terras, planearam incursões terra

¹ Gaspar de Lemos integrou a primeira frota de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, regressando a Portugal mais cedo para informar o rei D. Manuel daquela descoberta e levando o relato de Pêro Vaz de Caminha. Nesta sua segunda ida ao Brasil, em meados de 1501, aportou no arquipélago de Fernando de Noronha, na Bahia, na baía de Guanabara, em Angra dos Reis e na ilha de São Vicente.

adentro e alguns tripulantes acabaram mortos, despedaçados e comidos por índios. Conhecia-se enfim uma das faces negras daquele aparente idílio: o canibalismo. Muitos outros episódios semelhantes haveriam de suceder ao longo das décadas seguintes, tanto na actual costa brasileira como em outras regiões do Novo Mundo, envolvendo também navegadores castelhanos².

A aversão de grande parte dos indígenas à presença daqueles estranhos homens brancos, que aportavam à sua costa em grandes barcaças, refreou bastante o ânimo inicial dos europeus. Durante esse primeiro período, os confrontos eram raros mas muitas vezes mortais, porque os europeus ignoravam como reagia cada uma das inúmeras tribos. Por exemplo, o navegador castelhano Juan Díaz de Solís, que descobriu o rio da Prata — tendo sido o primeiro europeu a alcançar a actual Argentina —, sofreu uma emboscada em Janeiro de 1516. Perante a impotência da tripulação da sua nau, ele e mais cinco soldados foram decapitados, desmembrados e comidos por guaranis. Apenas um grumete, Francisco del Puerto, se salvou, talvez pela sua tenra idade. Viveu depois mais de uma década integrado naquela tribo, acabando resgatado pelo explorador veneziano Sebastián Gaboto. Depois, foi usado como intérprete ao serviço de Espanha.

Nas primeiras décadas do século XVI, os europeus foram-se tornando assim mais prudentes nas suas incursões sul-americanas, preferindo deixar algumas cobaias, ou seja, degredados. Aliás, antes de Pedro Álvares Cabral regressar a Lisboa desta sua primeira viagem, ali deixou dois condenados que deveriam ter ido para as Índias³. A este se acrescentaram depois outros mais criminosos, bem como os habituais sobreviventes de muitos naufrágios naquelas costas. Ignora-se o que sucedeu à esmagadora maioria destes homens, mas conhece-se muito

² A expressão canibal provém sobretudo das trágicas experiências sofridas pelos exploradores espanhóis. Cristóvão Colombo denominou de *caribes* os povos mais ferozes que encontrou. Mais tarde, a palavra castelhana *caribal* passou a abranger todos os povos indígenas, desde as Antilhas até à actual Argentina, que executavam e comiam os seus prisioneiros. Por influência da língua francesa — que os denominara *cannibales* —, em português passou-se a designá-los *cannibal*, embora com uso apenas a partir do século XVIII, e, por fim, *canibal*.

³ Por razões desconhecidas, dois grumetes recusaram encetar a viagem de regresso. Talvez se tenham seduzido pela beleza das índias que andavam sempre nuas, uma visão que, naquela época, deveria parecer idílica para qualquer homem.

bem o destino de um dos mais célebres naufragos portugueses: Diogo Álvares Correia.

Nascido na década de 70 do século XVI, natural de Viana do Castelo, encontrava-se ele ao serviço do rei francês Luís XII poucos anos após o achamento de Pedro Álvares Cabral. Em data incerta, naufragou ao largo da Bahia. Até aqui nada incomum: tanto o naufrágio como a existência de portugueses ao serviço de países fora da Península Ibérica. A França não reconhecia o Tratado de Tordesilhas, que «determinara» a divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, e começara também a enviar exploradores para as Américas na esperança de morder algum quinhão. Julga-se que Diogo Álvares Correia foi o único marinheiro daquela expedição francesa que, saindo vivo da panela oceânica, não acabou no panelão dos tupinambás.

Reza a lenda que os índios o pouparam porque o encontraram inconsciente à beira-mar, envolto em algas e lodo ao lado de um amontoado de pedras, como se fosse um peixe. O nome indígena que adoptaria — Caramuru, que em tupi significa moreia — remete para essa hipótese. Mas o motivo pode ter sido bem mais prosaico mas artificioso. Segundo outra versão da sua venturosa vida, estando ele em processo de engorda para ser sacrificado e posteriormente comido, como muitas vezes os índios faziam com os presos esqueléticos, terá encontrado um bacamarte e pólvora, que secou. Depois, causou aterrador espanto aos índios — que jamais tinham visto uma arma de fogo — dando um tiro certeiro numa ave em pleno voo. Tornou-se assim uma espécie de deus para aquela tribo.

Independentemente das razões da sua sobrevivência, Diogo Álvares, ou Caramuru, juntou-se ao tupinambás como se ali tivesse nascido. O próprio cacique Taparica lhe ofereceu a filha Paraguaçu como esposa. Mas numa sociedade muito liberal em matéria de sexo, Caramuru pôde ali ser infiel sem problemas com o sogro: não só teve filhos daquela índia como se relacionou com outras. A sua prole foi incontável.

Somente em meados da década de 20, com novas incursões de naus francesas, a tribo de Caramuru de novo viu europeus. Servindo de intermediário, os gauleses o convenceram então a viajar até França na companhia de Paraguaçu. Mais uma vez reza a lenda que muitas outras índias, em desespero por o verem partir, se lançaram ao mar. Verdade ou mentira, a comitiva de Caramuru chegou a Paris não apenas com

Paraguaçu, mas também com uma outra índia, de nome Perrine. Em Julho de 1528, a mulher oficial de Caramuru foi baptizada na catedral de Saint-Malo, na Normandia, recebendo aí o nome católico de Catarina, em homenagem a Catherine des Granches⁴. E ali «nasceu» o primeiro casal cristão de terras brasileiras.

Apesar desta amizade com os franceses, Caramuru nunca esqueceu as suas origens lusitanas. Antes de atravessar de novo o Atlântico, em finais de 1528, conheceu em Paris um jovem estudante de Teologia, Pedro Fernandes Sardinha, que, duas décadas e meia mais tarde, se tornaria o primeiro bispo do Brasil⁵. Entregou-lhe várias cartas para D. João III, com o intuito de convencer o monarca português a acelerar a colonização da América do Sul.

Em finais de 1530, com efeito, foi enviada de Lisboa uma armada, capitaneada por Martim Afonso de Sousa, com o objectivo de consolidar a presença portuguesa no continente sul-americano e pôr cobro às crescentes incursões de corsários franceses. E em Janeiro de 1532 se fundaria aquele que é considerado o primeiro povoado português no Brasil: a vila de São Vicente, nome escolhido em homenagem a São Vicente Mártir. Dois anos mais tarde, D. João III decidiu então insistir no modelo de capitánias hereditárias — sistema bem-sucedido nas ilhas da Madeira e de Cabo Verde —, uma estratégia colonizadora que, durante o reinado de D. Manuel I, não saíra do papel. Assim, através da divisão do litoral entre o rio Amazonas e São Vicente, e variando em faixas entre trinta e cem léguas, com extensão indefinida para o interior, as donatárias dessas capitánias foram concedidas sobretudo a fidalgos e altos funcionários com serviços relevantes em África e nas Índias. Combinando práticas capitalistas e feudais, cada capitão-donatário podia exercer um poder quase absoluto, aí criando vilas, estabelecendo impostos e, enfim, administrando a seu bel-prazer a justiça e a economia local. Apenas deveria entregar uma parte dos lucros à Coroa, que mantinha o monopólio da exploração do pau-brasil.

Francisco Pereira Coutinho, fidalgo que andara pelas Índias, ficou com uma das mais cobiçadas capitánias: a faixa de 50 léguas entre as fozes dos rios São Francisco e Jiquiriçá, incluindo o Recôncavo, em torno

⁴ Era uma mulher da nobreza, casada com o explorador Jacques Cartier, que anos mais tarde descobriu a Terra Nova, dando início assim à presença francesa no Canadá.

⁵ Ver o capítulo «Sardinha no Almoço Sai Caro» (pág. 25).

da Bahia de Todos os Santos. Aportando aí em 1534, teve a vida facilitada porque se estabeleceu exactamente na zona controlada por índios «pacificados», ou, melhor dizendo, dominada pela tribo onde Caramuru fora acolhido. Rapidamente fundou ali um arraial, com a competente capela, nas imediações da actual Ladeira da Barra, em Salvador, que viria a transformar-se num povoado denominado Vila Velha. As plantações de cana-de-açúcar expandiram-se a bom ritmo pelas imediações. Nos primeiros anos de colonização, a capitania prosperou e as relações com os tupinambás correram mais ou menos plácidas, sem grandes percalços. Neste ambiente de cordialidade, dois fidalgos lusitanos chegaram a casar com as filhas de Caramuru, reforçando assim os laços entre portugueses e índios.

Pereira Coutinho era, contudo, homem de modos pouco gentis — que, aliás, nas Índias lhe fizeram ganhar o epíteto de Rusticão —, pouco diplomático e cheio de soberba e pundonores de fidalguia. Como capitão-donatário viu-se no direito de exercer um poder absoluto e discricionário em terra estranha. Exigia dos índios trabalho compulsório, semelhante à escravidão. Daí a se tornar despótico, caprichoso e cruel foi um passo, entrando mesmo em conflito com Caramuru, não vendo que ali tinha o seu principal aliado. Para piorar o clima, num incidente que resultaria na morte de um dos filhos do cacique tupinambá, os soldados envolvidos ficaram impunes. As posições se extremaram e Pereira Coutinho decidiu então simplesmente aprisionar Caramuru numa das naus. Quebrou-se ali, naquele acto, uma aliança que lhe permitira uma relação pacífica durante anos.

Com a detenção de Caramuru, célere correu o boato da sua execução. Por instigação de Paraguaçu, foi a Vila Velha atacada pelos tupinambás, que depois se aliaram aos vizinhos tamoios, destruindo plantações e engenhos dos portugueses. Numa das refregas, um dos filhos do capitão-donatário acabou morto. Perante esta situação insustentável, Pereira Coutinho refugiou-se em Porto Seguro, levando Caramuru. Durante alguns meses, por ali permaneceu. Tentou, por fim, negociar a paz. Em meados de 1547, julgou reunidas condições para um regresso tranquilo a Vila Velha, mas, durante a viagem, as duas naus encalharam em baixios da parte sul da ilha de Itaparica.

Não foi naufrágio grave. Toda a tripulação chegou à praia em pequenos botes. Lá os aguardavam uma comitiva de tupinambás. E aqueles afi-

nal não estavam esquecidos das brutalidades anteriormente cometidas pelo capitão-donatário. Sem defesas, a comitiva portuguesa foi manietada. Caramuru e a tripulação das naus acabaram libertados, mas similar sorte não se destinou ao capitão-donatário. Levado para a aldeia indígena, Pereira Coutinho foi assassinado no epílogo de um longo cerimonial de cinco dias, com o crânio sendo despedaçado por uma clava manejada por um jovem a quem o capitão-donatário matara o irmão. A seguir a tribo o devorou. Somente inteira lhe restou a cabeça, que, ornada de plumas, se alçou na aldeia como símbolo de triunfo.

Na Metrópole, a execução deste capitão-donatário da Bahia, somada aos fracos resultados da colonização em outras capitanias, levou o rei a repensar a estratégia de ocupação. Embora mantendo a estrutura das capitanias, foi decidido instituir um governo central para as supervisionar. E talvez porque se concluiu que a desgraça de Francisco Pereira Coutinho se devera também à sua truculência, pôs-se uma pedra sobre o assunto, privando-se até os seus descendentes de lhe herdarem a capitania.

Em relação a Caramuru, não obstante o seu indirecto envolvimento no trágico fim de Pereira Coutinho, a Corte de D. João III continuou a considerá-lo um intermediário por excelência, de grande utilidade para os interesses portugueses. O primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa — que chegou à Bahia em Março de 1549, com mais de mil homens, dos quais metade para ali foi degredada — recebeu mesmo ordem para o agraciar com o título de Cavaleiro, distinção extensível aos seus filhos Gaspar, Gabriel e Jorge, bem como a um dos genros, João de Figueiredo.

Caramuru morreu em 1557, em Tatuapara, após fundar a vila de Cachoeira, garantindo um lugar de destaque na História do Brasil e mesmo de Portugal, simbolizando o lado mais idílico da colonização lusitana na Terra de Vera Cruz: a miscigenação de sangue europeu e índio. E também, em abono da verdade, a sua postura de herói mostrou que a colonização brasileira poderia ser bem mais pacífica se, em vez da paixão pela conquista de terras, os portugueses se tivessem seduzido mais pela conquista do amor das índias.

Em pleno século XVIII, Caramuru tornar-se-ia uma figura mítica, sob a pena do mineiro José de Santa Rita Durão, frade agostiniano, que o pôs como protagonista de um poema épico de estilo camoniano. Embora considerada hoje um clássico da literatura brasileira, registando di-

versas reedições ao longo do século XIX, esta obra foi, porém, um rotundo fracasso quando se publicou em 1761. Consta mesmo que frei Santa Rita Durão, exasperado pela incompreensão, destruiu muitos dos livros remanescentes. Assim, hoje, os exemplares da primeira edição da obra *Caramuru* são uma raridade, atingindo valores elevados no mercado de alfarrabistas.

SARDINHA NO ALMOÇO SAI CARO

A 26 de Abril de 1500, muitos pasmados índios assistiram à primeira missa na Terra de Vera Cruz, celebrada por frei Henrique Soares de Coimbra. Por motivo diferente, o cronista Pêro Vaz de Caminha, testemunha privilegiada, não ficou menos. No seu célebre relato escrito ao rei D. Manuel I, assegurou estarem ali povos que «se hão-de fazer cristãos e crer em nossa Santa Fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade».

Já se sabe que não era nem seria bem assim. Nos anos seguintes, entre socos e pontapés, e mais canhoadas e flechadas, os portugueses constataram que o Brasil não era seara sem espinhos para evangelizar, nem a colonização seria como um passeio de cão por vinha vindimada. Aliás, se, por um lado, os portugueses refrearam as suas incursões no continente sul-americano ao longo das primeiras décadas do século XVI, os homens da Igreja muito menos se mostraram interessados em partir logo para o Novo Mundo. Mesmo se Pêro Vaz de Caminha assegurara ao rei D. Manuel I que «o melhor fruto, que nela [Terra de Vera Cruz] se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar».

Somente a partir da década de 30 do século XVI, quando Castela e, sobretudo, França, através de corsários, começaram a cobiçar cada vez mais o território sul-americano, Portugal deu os primeiros passos decididos para a colonização. Mas ainda sem padres. Na verdade, os poucos europeus que naquela época se instalaram no Brasil — grande parte dos quais compelida, por força de penas de degredo, ou por sobrevivência, por mor de naufrágios —, se não eram mortos pelos índios, mais depressa absorviam os costumes dos índios do que transmitiam algum ténue costume europeu. Isso mesmo se viu com Caramuru⁶; e também com outro célebre naufrago, João Ramalho, que Martim Afonso de Sousa, fundador do primeiro povoado português no Brasil, encontrou a viver entre os guaianás desde 1513. João Ramalho casara de acordo com a tradição local e possuía filhos de muitas mais mulheres. Excepção ao facto de aquele povo em concreto não ser canibal, como muitos outros, Martim Afonso de Sousa nada viu naquelas terras respirando religião nem costumes europeus.

Somente após o primeiro capitão-donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, ter terminado a vida nos dentes dos tupinambás, e o rei D. João III optar pela instituição de um governo central para a colonização do Brasil, se iniciou também a evangelização. Deve ter-se concluído ser boa ideia tentar com a voz de Deus amansar os povos mais belicosos. Por isso, junto com o governador Tomé de Sousa tinham seguido os primeiros missionários, pertencentes a uma recém-criada ordem religiosa: a Companhia de Jesus. nenhuns outros religiosos julgaram então seguro intentarem tamanha aventura em terras já com fama de hostis.

Audaciosos e temerários, ciosos em fazer boa figura perante o rei português, aquela meia dúzia de jesuítas, liderados pelo português Manuel da Nóbrega, funcionaram assim como uma espécie de batedores. Onde soldados armados não arriscavam entrar, seguiam eles municiados apenas com a *Bíblia*. Desde São Vicente até Pernambuco, estes primeiros religiosos penetraram mesmo além da Serra do Mar, sem se furtarem às zonas dominadas por canibais. Pelo contrário, iam ao seu encalce. Apesar disso, nenhum foi morto. Talvez por milagre, mas também pesou por certo a superstição dos indígenas que olhavam com espanto para aqueles homens brancos vestidos de negro de crucifixo ao alto. Em algumas aldeias, os índios chegavam a fugir-lhes como o diabo da cruz; ou

⁶ Ver o capítulo «O Donatário Quis Caçar e Foi Caçado» (pág. 15).

queimavam sal e pimenta como se vissem neles espíritos malignos. Enfim, temiam-nos mais que os respeitavam. Em todo o caso, rapidamente levaram os jesuítas a água ao seu moinho.

Além da acção evangelizadora, um dos principais objectivos dos jesuítas, quando conseguiam amizade numa tribo, era convencer os caciques a abandonar a antropofagia, algo que, convenhamos, denotava intrépida coragem. De facto, poucos recomendariam a um estrangeiro de carne exótica andar zurzindo contra essa prática ancestral. Até porque, tanto como um cerimonial de guerra, o canibalismo representava um acto de iniciação dos jovens guerreiros, uma ocasião de grandes festejos, um acto de vingança perante as constantes animosidades entre etnias e tribos inimigas. Na verdade, estava envolto em grande simbolismo, porque as tribos que praticavam o canibalismo acreditavam que absorveriam a força e a coragem dos prisioneiros executados, tanto assim que o cadáver era comido quase integralmente, com excepção dos dedos polegares, e nada se desaproveitava. Por exemplo, os ossos das pernas e dos braços serviam para fazer flautas, o crânio transformava-se em copo e os dentes eram usados para compor colares.

Manuel da Nóbrega e os seus companheiros teriam plena consciência que jamais desenraizariam aquelas práticas de uma só penada. Inicialmente, caminharam com pezinhos de lã. Primeiro, convencendo os caciques a autorizar baptismos aos condenados, embora os pajés se queixassem que isso lhes «estragava» a carne. Só depois davam o passo seguinte. Nem sempre com sucesso, mesmo quando acreditavam ter convertido para o seio da religião católica uma aldeia indígena. As promessas o vento as leva, e nunca era garantido que, feita uma jura em nome de Deus, um novo ritual de canibalismo não surgisse pouco depois. Na verdade, a carne humana era petisco apreciado por grande parte dos povos índios, independentemente de estar ou não integrado num ritual canibal.

Se o canibalismo dos indígenas era um horror, os portugueses não se mostravam ali uns meninos de coro, de costumes brandos. Por exemplo, em certa ocasião, o governador Tomé de Sousa mandou prender, na boca de um canhão, um índio que assassinara um português. Depois deu a ordem e o desgraçado voou em pedaços pelos ares. Pouco mais tarde, o governador mandou executar alguns familiares de índios fugitivos que haviam assassinado quatro colonos.



Embora, nesta fase, a evangelização e a ocupação territorial se fizessem de modo articulado, as acções dos colonos podiam afectar o trabalho dos padres; e vice-versa. Um dos episódios de maior tensão envolvendo os jesuítas sucedeu quando o padre Manuel da Nóbrega e seus companheiros «raptaram» o cadáver de um prisioneiro antes de ser «preparado» pelas mulheres de uma tribo — ou seja, estripado e assado em pedaços. Os índios acometeram em direcção à Bahia e somente a acção militar e diplomática de Tomé de Sousa evitou uma peleja e um eventual espeto de jesuítas.

Aliás, esta ousadia dos padres não foi então muito bem-vista pelos colonos, que não estavam interessados em se imiscuírem nas tradições dos índios, desde que não fizessem eles próprios parte da ementa. Na verdade, numa época em que os corsários franceses investiam também na costa brasileira, chegando a estabelecer parcerias com algumas tribos, o canibalismo era uma arma útil de arremesso. Os portugueses instigavam tribos aliadas a comerem franceses se os apanhassem; e o mesmo sucedia com os franceses, para com os portugueses, quando conquistavam a amizade de grupos de indígenas.

Apesar de uns quantos incidentes, a acção dos jesuítas surpreendeu os mais cépticos, pois, com maior ou menor dificuldade, e sem recurso às armas, pacificaram muitas tribos. No entanto, quem não comungou similar opinião foi D. Pedro Fernandes Sardinha, nomeado em 1552 primeiro bispo do Brasil.

Formado em Paris, Salamanca e Coimbra, antigo vigário-geral de Goa, o bispo Sardinha era homem da Igreja do seu tempo; ou seja, do tempo da Inquisição portuguesa, que florescia contra todas as heresias e mais algumas. Enviado para a Bahia com o objectivo primordial de erigir uma catedral — que se concretizaria em 1555, por uma bula do papa Júlio III —, o bispo trouxera consigo uma larga comitiva de clérigos, pensando certamente que, através da sua simples presença, amansaria tudo e todos. Não seria bem assim, até porque o trabalho moral entre os colonos lhe deu logo muita água pela barba, mesmo ignorando-se se ele a tinha⁷.

⁷ A expressão «dar água pela barba» é muito antiga e usada geralmente para dar a ideia de algo muito trabalhoso. Nada tem a ver com pelos faciais, mas sim com navegação. Barba é um termo náutico para a proa de uma embarcação. Quando numa tempestade é atingida por fortes vagas, pode sofrer problemas de estabilidade e segurança.

Os portugueses que por ali então andavam, entre aventureiros, militares e criminosos a penar degredo, não estavam propriamente a pensar salvar as suas almas do Purgatório ou do Inferno. Não se confessavam, não frequentavam missa, dormiam com quem queriam e com quem não queria. Porém, se Deus escreve direito por linhas tortas, o bispo Sardinha logo quis aplicar, a torto e a direito, uma imensidão de penas eclesiásticas, embora para a remissão dos pecados privilegiasse não tanto as ave-marias e pais-nossos mas sobretudo um pagamento em dinheiro vivo. Assim, o bispado amealhava uns bons pecúlios.

Ortodoxo até ao osso, não surpreende assim que, arranjando tempo para averiguações, o bispo Sardinha tenha depois criticado asperamente os métodos de evangelização dos jesuítas, acusando-os de desvirtuarem ritos católicos e de se mostrarem demasiado complacentes com os costumes indígenas. Com efeito, os primeiros missionários da Companhia de Jesus tinham adoptado naquelas terras o adágio «em Roma, sê romano». Competindo directamente com os pajés, não viram outra forma de os sobrepujar sem ser expressando-se como eles. O padre basco Juan de Azpilcueta, por exemplo, ousou traduzir um catecismo em língua tupi, usando por vezes nas prelecções sons guturais, enquanto dançava ou corria em redor dos ouvintes. O Padre-Nosso era acompanhado ao som de maracá, e as músicas e cantorias litúrgicas mostravam já influências gentílicas.

Enfim, tudo isto era espectáculo pouco digno para os sensíveis olhos e ouvidos do bispo Sardinha. «Viemos para catequizar o gentio, e não o contrário», terá dito. O padre Manuel da Nóbrega travou com ele acirradas discussões, porque considerava ser a música uma forma universal e mais eficaz de conversão, mesmo se os instrumentos também servissem em rituais antropofágicos. Na verdade, eram feitos com ossos humanos.

Entretanto, em Junho de 1553, foi Tomé de Sousa substituído por Duarte da Costa no governo-geral. Para maior apoquentação do bispo Sardinha, vieram mais jesuítas, entre os quais Manuel de Anchieta, hoje cognominado o Apóstolo do Brasil. E também o filho do novo governador, de nome Álvaro da Costa. Foi, aliás, muito usual os administradores das colónias portuguesas levarem as suas famílias; assim, enquanto eles governavam, a família deles governava-se. Logo que Álvaro da Costa aportou à Bahia, começou com negócios e, vendo ali tanta potencial mão-de-obra à mão de semear, quis escravizar os índios, mesmo os con-

vertidos à religião cristã. Os atritos com o bispo Sardinha foram imediatos e os brados da contenda chegaram às mãos da Corte de Lisboa, que chamou o clérigo para dar explicações.

Em meados de Junho de 1556, zarpou o bispo Sardinha na nau *Nossa Senhora da Ajuda*. Curta foi a viagem. No dia 16, uma tempestade arremessou a embarcação em direcção aos recifes de Dom Rodrigo — na época conhecidos por baixios de São Francisco —, numa baía entre a confluência dos rios São Francisco e Coruripe, no actual Estado de Alagoas. Toda a tripulação e passageiros, incluindo escravos, num total de 91 pessoas, conseguiram ganhar a costa, salvando-se do afogamento. Porém, saíram da «frigideira» para caírem literalmente no fogo.

Em terra, aguardava uma hostil tribo guerreira. Inicialmente, os índios até se prontificaram a guiá-los até à capitania de Pernambuco, mas, ao atravessarem a Barra de São Miguel, terão mudado de ideias. Massacraram ali logo quase todos — somente dois índios da comitiva e um português lograram escapar —, levando para a aldeia, ainda vivo, o bispo Sardinha. Talvez o tenham poupado da carnificina geral por causa das roupas vistosas; assumiram que fosse o líder da comitiva, ou seja, um guerreiro inimigo. Não teve sorte melhor, pois para esses a morte era também certa, mas deveria ser ritualizada. Assim, com a ajuda de uma forte bordoadada de clava, foi a alma do bispo Sardinha ter com o Criador, enquanto o seu corpo serviu de repasto à tribo. Porventura, alguns dos seus ossos serviram para fabricar flautas.

Este massacre foi logo atribuído aos índios caetés — que se encontravam em guerra com os tabajaras, aliados dos portugueses —, embora alguns historiadores defendam ter o bispo Sardinha naufragado na zona da costa de Sergipe, sendo sacrificado, portanto, pelos tupinambás. Outros ainda especulam que terá sido assassinado por homens da guarda do governador. Tenha sido quem foi, as armas apontaram aos caetés. Duarte Costa recebeu ordens de Lisboa para a primeira «guerra santa» no Brasil. Em cerca de cinco anos assistiu-se ao primeiro extermínio indígena, sem piedade. Esta tribo extinguiu-se. Os poucos sobreviventes acabaram escravizados.

O mais célebre «banquete antropofágico» na Terra de Vera Cruz ficou para sempre inculcado na cultura brasileira. Para além de inspirar obras literárias, entre as quais se destaca o primeiro romance de Graciliano Ramos, intitulado *Caetés*, o sacrifício do primeiro bispo do Brasil ser-

viu também como jocoso mote para o movimento modernista brasileiro protagonizado por, entre outros, Oswald de Andrade. No seu *Manifesto Antropófago*, publicado em 1928, o escritor paulista anunciou tê-lo escrito «em Piratininga Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha».

Cerca de dois séculos após a morte do bispo, três mil hectares das terras que pertenceram aos caetés ficaram nas mãos da Igreja, por doação do capitão Pedro Leite Sampaio. Uma parte originou o centro urbano de Coruripe, no actual Estado de Alagoas. Mesmo tendo sido posteriormente vendidas a particulares, a Igreja garantiu, contudo, a manutenção de rendas especiais. Ainda hoje, por cada transacção particular no perímetro do vasto território original, a Igreja recebe um laudémio de 5% do valor contratado. Além desta taxa, todos os anos encaixa ainda um foro, calculado por cada metro quadrado de terreno ou habitação. Há cerca de uma década, numa reportagem da *Folha de S. Paulo*, o pároco local, Pedro Silva, lamentava que os valores cobrados já só atingiam cerca de 1,2 mil reais por ano. E criticava ainda «a miséria que o Governo deixou crescer na cidade», dizendo ser «maldade maior que a que os caetés fizeram com o bispo Sardinha». Similar opinião não teria o devorado prelado.

L'INACCESSIBLE VILLE MERVEILLEUSE

Napoleão foi homem ambicioso, como se sabe. Ao decidir invadir Portugal em 1807, tinha por certo em mente matar dois coelhos de uma só cajadada: apossando a monarquia lusitana, apossar-se-ia também dos seus vastos territórios ultramarinos. Ficaria rei e senhor do grandioso Brasil, por exemplo. Porém, como se sabe, o general Junot ficou a ver por um canudo a armada lusitana sulcando a barra do Tejo, levando a rainha D. Maria I, o regente D. João VI e restante família real, uma mão-cheia de nobres e muitas outras gentes, até mesmo a biblioteca, para a Terra de Vera Cruz. Ou, mais precisamente, para o Rio de Janeiro, passando para ali o trono português.

Mesmo se a escolha não teve essa intenção, certo é que nenhuma outra cidade faria Napoleão espumar mais de raiva. Duplamente. Com a fuga de D. João VI, o imperador francês apenas conquistava afinal um pedacito da Europa Ocidental e via a cidade banhada pela baía de Guanabara transformada na nova capital do Reino de Portugal. E isto lhe recordaria um antigo e inglório plano expansionista gaulês na América do Sul. Inglório sobretudo pelo absurdo do seu voluntarismo.

Descoberta no primeiro dia do ano de 1502 pelo navegador Gas-

par de Lemos, a encantadora baía de Guanabara, por onde se espraia o maravilhoso Rio de Janeiro, não mereceu especial atenção no início da efectiva colonização lusitana a partir dos anos 30 daquele século. Apesar da logo reconhecida beleza daquela enseada, «que bem parece que a pintou o supremo pintor arquitecto do mundo, Deus Nosso Senhor», como mais tarde escreveria o jesuíta Fernão Cardim, durante décadas apenas esporadicamente os portugueses ali aportaram para rápidos saques de pau-brasil. Talvez por causa de alguns incidentes no decurso de operações de escambo, porque a região era habitada por cerca de meia centena de aguerridas tribos tupinambás, o que desaconselhava a criação imediata de qualquer povoado branco. Já de melhor sorte beneficiaram os corsários franceses. Porventura mais corteses ou com presentes mais extravagantes, conseguiram contactos mais amistosos com os indígenas. Porém, nem eles arriscaram fixar-se naquelas terras. Não apenas porque as suas prioridades eram o corso — e não tinham tripulação suficiente para fazer mais —, como também pelas contínuas acções de «limpeza» da costa feitas pelos portugueses, muito ciosos em impor o Tratado de Tordesilhas.

Os recontros entre portugueses e franceses nos mares sul-americanos somente serenaram um pouco, mas não totalmente, através de um tratado de amizade e aliança assinado em Lyon no ano de 1536. Contudo, pouco depois, no final do reinado de Francisco I de França, a presença de corsários gauleses viria a recrudescer em número e ousadia. E tentaram mesmo criar feitorias em zonas costeiras onde os portugueses não marcassem ainda presença.

Naquela época, Portugal era reino com apenas cerca de dois milhões de almas, e no Brasil não estariam muitos milhares de homens brancos. Era pouca gente para tão vasta costa. Consciente desta limitação, o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, procurou então identificar zonas privilegiadas do litoral brasileiro para, desse modo, garantir a posse imediata dessas terras para a Coroa lusitana. Seguindo essa estratégia, em Dezembro de 1553 ainda chegou a aportar na baía de Guanabara, acompanhado por Manuel da Nóbrega e outros jesuítas. Mas se a visão daquela região o maravilhou, sonhando ali edificar um povoado, a realidade mostrou-lhe logo o lado hostil: os índios arreganharam os dentes. Com melhores artes, os jesuítas lograram contactos amigáveis numa aldeia indígena na actual ilha do Governador, mas o calor estival



causou maleitas à expedição, que decidiu dali sair. Tomé de Sousa regressaria a Portugal no ano seguinte e o projecto de um povoado na baía de Guanabara ficou em águas de bacalhau.

Quem vai ao ar, perde o lugar — assim diz o rifão. No caso do mar, também. Pouco tempo depois, Nicolau Durand de Villegagnon ancorou na baía de Guanabara. Misto de intelectual e aventureiro, este francês estudara Direito em Paris, para seguir as pisadas de seu pai, mas acabou primeiro por enveredar pela diplomacia e, mais tarde, quando as palavras lhe pareceram insuficientes, pelas armas. Cavaleiro da Ordem de Malta, com conhecimentos de marinhagem, destacara-se anos antes como militar destemido em importantes batalhas ao serviço do imperador Carlos V contra os turcos. Depois, graças a várias e arrojadas acções ao serviço do rei de França, recebeu o posto de vice-almirante da Bretanha. Começou então a arquitectar um ambicioso plano que não se circunscrevesse apenas ao curso as acções francesas na América.

Com o auxílio do seu amigo Gaspard de Coligny, um destacado nobre próximo do rei Henrique II de França, conseguiu autorização e meios financeiros para criar uma colónia em território brasileiro. Embora hoje ainda subsistam incertezas se Villegagnon já houvera antes atravessado o Atlântico, pelo menos deteria excelentes informações náuticas e geográficas porque escolheu, sem pestanejar, a baía de Guanabara.

Assim, em Agosto de 1555, capitaneando duas naus de 200 toneladas, zarpou este vice-almirante do porto de Le Havre. Levava cerca de seis centenas de homens, grande parte dos quais fornecida pelas prisões do Norte de França. Marinheiros que se fizeram sob promessa de amnistia de crimes. Talvez por inexperiência, a fortuna não seguiu viagem. Atingida por uma tempestade logo depois da saída do porto de partida, a armada teve de arribar em Dieppe, a poucas milhas de distância do porto de partida. Perdeu logo aí parte da tripulação, por deserção. Apesar destes contratemplos, Villegagnon continuou com aquilo que tinha. Antes de alcançarem a costa brasileira, os franceses somaram ainda um ataque da marinha espanhola junto a Tenerife. Em finais de Outubro, surgiram ao largo de Búzios, e por fim entraram na baía de Guanabara no dia 10 do mês seguinte.

Aproveitando os estudos do padre franciscano André Thévet, um reputado cosmógrafo, Villegagnon decidiu fixar-se na denominada ilha de Serigipe, por ser isolada. Naquele pequeno ilhéu de cem pés de com-

primento e sete dezenas de largura, construiu um fortim, logo baptizado de Coligny, em honra do patrono da expedição, bem como a sua residência oficial⁸.

Os indígenas em redor do ilhéu não se mostraram demasiado hostis à presença destes franceses. Villegagnon também tudo fez para os agradar, oferecendo-lhes presentes, especialmente espampanantes roupas, que caíram no gozo dos tupinambás. Para os trabalhos mais árduos comprou-lhes também escravos. E, mesmo se abominando o canibalismo, como todos os europeus, o líder francês chegou a presentear os caciques com correntes, que passaram a ser usadas para agrilhoar prisioneiros em festas antropofágicas. Amizade *oblige*.

Apesar deste ambiente amigável, numa primeira fase os franceses não se aventuraram demasiado em incursões por terra. O contacto inicial com as tribos estabeleceu-se sobretudo por intermediação de André Thévet, que escreveria mais tarde detalhadamente sobre os costumes dos tupinambás⁹. Dois padres beneditinos também fundaram uma escola católica em território indígena. Desbravado este árduo caminho, Villegagnon ordenou então a construção de um povoado precário na actual praia do Flamengo, entre a foz do rio Carioca e o outeiro da Glória. Esta primeira colónia terrestre seria baptizada de Henriville, em homenagem ao então rei Henrique II de França.

Se com os índios tudo parecia um mar de rosas, e os portugueses se mantivessem distraídos, a pequena colónia francesa viveu desde cedo tempos conturbados. Além da escassez de água e de outros víveres, Villegagnon mostrou-se sempre um líder de costumes rigorosos, muito pouco liberal em matérias de sexo e religião. Não proibia os relaciona-

⁸ A actual ilha de Villegagnon, onde se encontra instalada desde 1938 a Escola Naval, estava então no século XVI bastante afastada de terra. No início do século XX, a igreja de Santa Luzia, junto à Avenida Presidente António Carlos, situava-se perto da baía. A actual zona urbana adjacente, incluindo o aeroporto Santos Dumont, foi assim acrescentada com aterros. A configuração da ilha também sofreu alterações, sobretudo com o arrasamento do chamado morro da Palmeira nos anos 30 do século XVII, aquando da construção da Fortaleza de São Francisco Xavier.

⁹ Um dos quatro tomos da sua obra *La Cosmographie Universelle d'André Thévet, Cosmographe de Roy*, publicada em 1575, é dedicado inteiramente aos índios tupinambás. Este frade franciscano também escreveu o livro *Les Singularitez de la France Antartique*, em 1557, que retrata a primeira fase desta tentativa de colonização gaulesa em terras brasileiras.

mentos entre os seus subordinados e as índias, mas apenas os permitia se houvesse prévio casamento. Consta mesmo que a sua opção em acostar primeiro na ilha de Sergipe não se deveu ao terror aos índios mas sim por temor às índias: receava que a sua tripulação se perdesse em amores. A sua obsessão contra o sexo fora do matrimónio chegou ao ponto de ameaçar de morte quem insistisse em mancebias. Por causa disto e de outras mais atitudes, em meados de Fevereiro de 1556 — ou seja, cerca de três meses após a sua chegada —, vários colonos prepararam-lhe um atentado, abortado apenas porque um dos seus guardas escoceses denunciou os conspiradores. Três dos implicados foram enforcados e cerca de duas dezenas condenados ao cárcere. Com medo, muitos homens desertaram, pois preferiram os perigos da terra dos índios ao rochedo do intolerante militar francês.

Entretanto, poucos dias antes dessa conspiração, o frade André Thévet abandonou o Forte Coligny, por motivos de saúde, regressando a França. Com ele seguiu Legendre de Boissy, senhor de Bois-le-Comte e sobrinho de Villegagnon, em missão especial: solicitar ao rei francês um contingente de pelo menos três mil soldados, bem como mulheres. Somente assim, alegava ele, se poderia consolidar e expandir a colonização francesa da baía de Guanabara. Criar, enfim, a França Antártida.

Porém, o rei Henrique II de França não pareceu entusiasmado com a ideia. Ao invés, já Gaspard de Coligny se mostrou ainda mais favorável ao projecto; não por razões patrióticas mas sim religiosas. De facto, os tempos também andavam muito conturbados em França. Os movimentos protestantes alastravam pela Europa e muitos nobres gauleses tinham aderido ao movimento liderado por João Calvino — que em 1536 se refugiara em Genebra, criando, depois de Lutero e do rei inglês Henrique VIII, mais uma cisão na Igreja Católica. Os huguenotes temiam em França uma perseguição dos católicos, ao mesmo tempo que ambicionavam afastar as principais famílias da nobreza francesa, como os de Guise, da esfera do poder. Por isso, Coligny viu nas Américas um plano B, caso a situação político-religiosa degenerasse. A baía de Guanabara poderia transformar-se num refúgio seguro para os huguenotes¹⁰.

¹⁰ Neste aspecto, Coligny não se enganou: os conflitos religiosos em França aumentaram sobretudo durante o curto reinado de Francisco II. Após uma conspiração fracassada contra o jovem monarca (tinha apenas 15 anos ao ser coroado) e o poderoso duque de Guise em Março de 1560 no castelo de Amboise, duas centenas de protestantes foram

Até então, Villegagnon sempre se comportara como empedernido católico, mas também seria homem volúvel como o vento e o mar. O dinheiro e a aventura parecem sempre ao corpo dos mortais coisas mais prazenteiras do que um prometido mas incerto sossego e paz para as suas almas após a morte. Coligny saberia como lhe satisfazer a ambição, que bastaria fornecer-lhe homens e cabedais para guindar o plano da França Antártida em direcção aos interesses calvinistas.

Ignora-se se Villegagnon, em plena baía de Guanabara, estaria ciente dos contactos entre Coligny e Calvino em Genebra, pois as comunicações naquela época escasseavam. Certo foi que a 16 de Setembro desse ano de 1556, uma larga comitiva de quase três centenas de protestantes, entre os quais dois padres calvinistas, partiu daquela cidade helvética em direcção ao porto francês de Honfleur. Dois meses mais tarde, dali zarparam em viagem cheia de percalços. Chegaram ao Forte Coligny apenas em Março do ano seguinte.

Também se desconhece se, aquando da chegada dos calvinistas, os dois padres beneditinos, que acompanharam Villegagnon na primeira viagem, ainda estariam na colónia francesa ou se permaneciam em aldeias tupinambás. De qualquer modo, o Forte Coligny transformou-se de imediato em reduto calvinista pelas mãos dos padres Pierre Richier e Guillaume Chartier.

Se nos tempos católicos a vida dos colonos franceses andava já de rédea curta, com os huguenotes a situação piorou. Sexo fora do casamento passou a dar pena de morte. Todos os colonos, independentemente do credo, foram obrigados a ouvir preces públicas e sermão diário do culto protestante. Aos domingos eram dois. Os pastores calvinistas entusiasmaram-se. Até de mais, impondo penas eclesiásticas à mínima infracção. O fanatismo do padre Richier chegou ao ponto de se apresentar como

executados. As perseguições aos huguenotes intensificaram-se, destacando-se o massacre de Wassy em Março de 1562, perpetrado pelo duque de Guise. A 24 de Agosto de 1572, sucedeu o mais sangrento episódio — a tristemente célebre Noite de São Bartolomeu —, no decurso das celebrações do casamento entre o huguenote Henrique III de Navarra (que se tonaria, em 1589, rei de França, sob o nome de Henrique IV) e a católica Margarida de Valois, filha de Catarina de Medici (e irmã de três homens que seriam reis franceses: Francisco II, Carlos IV e Francisco III). Nessa trágica noite parisiense, foram chacinados vários milhares de huguenotes, entre os quais Gaspard de Coligny. As guerras religiosas francesas prolongaram-se até 1598. Nesse ano, através do Édito de Nantes, Henrique IV estatuiu a liberdade de culto em França.

o segundo São Paulo. Entretanto, o convertido Villegagnon, por ter sido antigo companheiro de Calvino em Paris, achou que poderia também aplicar os seus estudos de leis e teologia, passando a imiscuir-se em questões doutrinárias. Invocando, saberá Deus as razões, a autoridade de São Cipriano e São Clemente, entrou em discussões com os pastores calvinistas, insistindo, saberão lá os ditos santos, que o vinho sacramental se devia diluir em água e adicionar também sal e óleo nas águas baptismais. As arengas atingiram tal grau de ebulição que Villegagnon decidiu em Junho de 1557 enviar o padre Guillaume Chartier à Europa para conhecer a opinião de Calvino sobre estes e outros pormenores.

Antes da vinda de uma resposta, as querelas cresceram, as desinteligências aumentaram. Ajudou nisto um ex-frade dominicano francês, Jean de Cointac, que entrou em acaloradas discussões com os seus colegas calvinistas, e assim quer a água, quer o vinho, tanto o sal como o óleo, acabaram entornados e a paz saiu pela cloaca. No final de 1557, o ambiente na colónia francesa era explosivo. Villegagnon decidiu restringir as prédicas a meia hora, faltando a muitas, e pôs-se mesmo a criticar algumas teses de Calvino. Pouco depois, abruptamente, proibiu os cultos calvinistas. Consta que esta mudança de atitude se deveu a uma carta do cardeal católico de Lorena, da todo-poderosa família Guise, censurando-lhe a apostasia.

Ainda em Dezembro, o líder da colónia expulsou os huguenotes para terra firme. Aí permaneceram à sua sorte, aguardando um qualquer navio que os levasse de regresso à Europa. A tábua de salvação surgiu nos primeiros dias de Janeiro de 1558. Não tanto assim. A nau *Les Jacques*, que lhes deu boleia, era embarcação velha. Carregada de pau-brasil e outros produtos, começou a meter água ainda ao largo da baía. Estragando-se muitos dos víveres, o capitão quis alijar bocas. Cinco huguenotes — Jean du Bordel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon, André la Fon e Jean Jacques le Balleur — voluntariaram-se a retornar a terra e pedirem autorização para entrar de novo no Forte Coligny.

Villegagnon acabou por aceitar estes renegados de bom grado, mas, talvez porque as discussões teológicas continuaram e azedaram, o líder francês prendeu quatro deles — Jean Jacques le Balleur conseguiu escapar para terra —, acusando-os de espões e hereges. A 8 de Fevereiro concedeu-lhes apenas uma noite para responderem a uma série de questionamentos exclusivamente teológicos. Era uma espécie de processo inquisitorial.

Escrita em latim, e redigida por Jan du Bordel, o mais velho dos huguenotes, a denominada Confissão de Guanabara não abrandou a ferocidade de Villegagnon. Pelo contrário, o líder da colônia não terá gostado de ver que, ao longo de 17 parágrafos do manuscrito, aqueles homens continuavam a defender, entre outras doutrinas, que «se fosse necessário pôr água no vinho, os evangelistas e São Paulo não teriam omitido uma coisa de tão grande consequência». Enfurecido com aquelas respostas, doze horas depois de concluída a defesa, Villegagnon ordenou o enforcamento de Jean du Bordel, Matthieu Verneuil e Pierre Bourdon, sendo os cadáveres lançados do alto do Forte Coligny¹¹. O único poupado foi André la Fon, por motivo prosaico: era alfaiate e não havia mais nenhum na colônia.

Os restantes huguenotes, que seguiram até França na carcomida nau *Les Jacques*, chegaram sãos e salvos, depois de uma penosa viagem de cinco meses. E a fortuna bafejou-os um pouco mais. Na correspondência enviada por Villegagnon encontrava-se uma carta selada a ser aberta pela primeira autoridade do porto de chegada, que recomendava que todos fossem presos e condenados como hereges. Porém, talvez por desconfiar dos intentos do líder da colônia gaulesa, o capitão da nau preferiu acostar primeiro num reduto huguenote, ficando assim sem efeito qualquer sanção.

Entretanto, o foragido Jacques le Balleur conseguiu quase por milagre sobreviver junto dos índios. Consta que, em certa ocasião, apenas não lhes serviu de petisco por trazer um livro. Os indígenas, habituados aos contactos com padres católicos, pensaram ser uma *Bíblia*; mas não: ironicamente, era uma obra de François Rabelais, autor de *Gargântua e Pantagruel*. Em todo o caso, sendo teólogo eloquente, conseguiu com sucesso evangelizar algumas aldeias de tamoios. E tanto assim que, imprudentemente, se aventurou em incursões até à capitania portuguesa de São Vicente, começando a pregar em ruas de alguns povoados. Teria sido melhor ter ficado com os indígenas. Tomando conhecimento da presença daquele calvinista, o jesuíta Luiz de Grã desceu de São Paulo de Piratininga e exigiu que fosse preso. Dito e feito. Crônicas da época, e outras escritas em séculos seguintes, relataram ter Jacques le Balleur sido condenado à morte no Rio de Janeiro em 1567, adiantando mesmo que

¹¹ Existem também referências a terem sido lançados vivos para o mar, de pés e mãos atados.

como o carrasco recusou a tarefa, acabou estrangulado pelo próprio padre José de Anchieta. Uma versão falsa, mas que chegou a constituir um obstáculo no processo de beatificação deste jesuíta¹². Com efeito, sabe-se agora que Jacques le Balleur esteve preso em Salvador durante oito anos, perdendo-se depois o seu rasto, embora se encontrem processos inquisitoriais contra ele em Portugal e em Goa, respectivamente em 1569 e 1572. Ou seja, provavelmente saiu do Brasil e nunca mais regressou.

De qualquer modo, a prisão deste huguenote tornou-se de grande utilidade para portugueses, bem como a detenção de um outro trãnsfuga chamado Jean de Cointa. Nos interrogatórios a estes dois homens, o governador-geral Mem de Sá obteve pormenores sobre a presença e defesas dos franceses na baía de Guanabara. Informada a Corte de Lisboa sobre estes acontecimentos, veio a ordem da regência portuguesa para tomar o Forte Coligny¹³. Em finais de 1559, Mem de Sá enviou então uma expedição, sob comando de Bartolomeu de Vasconcelos e Cunha, em direcção àquela baía. Constituída por duas naus e oito embarcações menores, a expedição portuguesa alcançou-a a 21 de Fevereiro de 1560. Não atacou de imediato. Mem de Sá tentou a via negocial, enquanto aguardava por mais reforços da capitania de São Vicente. Preferiu primeiro enviar um ultimato ao líder interino dos franceses, Legendre de Boissy, sobrinho de Villegagnon, já que aquele se deslocara a França para se explicar ao rei e, porventura, obter mais apoios.

Nessa exigência de rendição, parece ser evidente que aquela colónia não era já oficial, ou mesmo oficiosamente, apoiada pela França. No texto do ultimato, Mem de Sá escreveu que «o rei de Portugal, meu senhor, sabendo que Villegagnon, vosso tio, lhe tinha usurpado esta terra, [o] fez saber ao rei da França, o qual lhe respondeu que se cá estava lhe fizesse guerra e botasse fora, porque não era por ordem dele». Seja como for, o líder interino de Forte Coligny recusou capitular. E perante este afincamento, os portugueses decidiram não perder mais tempo, mesmo se estando em menor número. Relatos da época referem que a armada

¹² José de Anchieta foi apenas beatificado em 1980, e canonizado — ou seja, considerado santo — em Abril de 2014 pelo papa Francisco, também jesuíta.

¹³ O rei D. João III morreu em 1557 sem nenhum filho sobrevivente. O herdeiro era o seu neto, D. Sebastião, nascido três anos antes. Até à coroação de D. Sebastião, aos 14 anos de idade, a regência foi primeiro exercida por D. Catarina de Áustria (1557-1562), sua avó, e depois pelo cardeal D. Henrique (1562-1568), seu tio, que depois o sucedeu no trono após o seu desaparecimento na batalha de Alcácer-Quibir em Agosto de 1578.

portuguesa dispunha de apenas 120 europeus e 140 índios aliados, pertencente à tribo dos temiminós, embora beneficiassem de maior poder de fogo. Os franceses seriam cerca de uma centena, mas auxiliados por mais de um milhar de índios tupinambás.

O ataque lusitano iniciou-se a 15 de Março. Após dois dias de intensa luta, o forte claudicou, aprisionando-se muitas dezenas de franceses. Não detendo meios disponíveis para tomar posse efectiva do forte gaulês, e muito menos meios para, desde logo, colonizar a região, o governador-geral do Brasil decidiu, naquele mesmo dia, rezar na ilha uma missa católica, benzer tudo e a seguir tudo arrasar e incendiar. Depois, regressou à Bahia.

Somente três anos mais tarde, em 1563, os portugueses reuniram condições para se fixar definitivamente na baía de Guanabara, sobretudo por conta das insistências dos jesuítas José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. Para essa tarefa foi indigitado Estácio de Sá, sobrinho do governador-geral, que, para garantir a segurança, contou com o auxílio dos temiminós, inimigos dos tupinambás, ocupantes naturais das terras em redor da baía de Guanabara. O local escolhido foi o istmo entre o Morro Cara de Cão e o Morro do Pão de Açúcar, sendo aí que formalmente se fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565.

Porém, o trabalho não estava terminado para os portugueses. Sabendo que umas poucas dezenas de franceses ainda se mantinham naquelas terras, mesmo após a destruição do Forte Coligny, e se tinham misturado com os tupinambás, Estácio de Sá não cessou de investir fortemente, ao longo dos anos seguintes, na destruição de aldeias indígenas, sempre com auxílio dos seus aliados temiminós. Os dois mais fulgurantes ataques ocorreram quase em simultâneo, a 20 e 21 de Janeiro de 1567, com a devastação completa dos aldeamentos paliçados de Uruçu-mirim, localizado no actual outeiro da Glória, e de Paranapuai, na actual ilha do Governador. Uma autêntica carnificina. Segundo estimativas, terão morrido cerca de seis centenas de tupinambás e cinco franceses, ignorando-se as perdas do lado dos portugueses. Vários caciques foram chacinados. Um deles, chamado Aimberê, teve a cabeça decepada e exposta numa estaca. Dez franceses capturados acabaram enforcados.

Nos meses seguintes, com sangue fervendo nas veias, os portugueses aproveitaram esta onda de violência, avançando mais para o interior da região fluminense. Sabe-se que incendiaram pelo menos 160 aldeias

indígenas, tendo «passado tudo a fio de espada», como relatou o padre José de Anchieta. A vitória somente não se mostrou suprema porque, no ataque a Uruçu-mirim, uma flecha índia atingiu o olho de Estácio de Sá, que morreu um mês mais tarde, provavelmente de septicemia.

O mal francês, na perspectiva dos portugueses, não ficou mesmo assim logo extirpado. A oeste, em Cabo Frio, os gauleses ainda conseguiram manter durante algum tempo uma feitoria, conhecida por Maison de Pierre, criada por alguns sobreviventes dos ataques na baía de Guanabara. Ergueram mesmo um fortim. Apenas na época de António Salema como governador do Rio de Janeiro, aquela região ficaria sob domínio absoluto dos portugueses. Manchado a sangue, como habitualmente: numa fratricida batalha, a 27 de Agosto de 1575, arrasou-se o reduto francês — as pedras seriam depois usadas para erguer o Forte de Santo Inácio do Cabo Frio — e mataram-se ou escravizaram-se mais quatro mil tupinambás.

Os gauleses, contudo, adoraram mesmo aquela região. E nunca desistiram de a cobiçar. No século XVIII, quando o Rio de Janeiro servia de entreposto do ouro vindo de Minas Gerais, armadas de corsários ao serviço de Luís XIV de França atacaram a cidade em duas ocasiões. Em Agosto de 1710, Jean-François Duclerc, comandando seis navios com cerca de 1200 homens, tentou uma abordagem da baía de Guanabara, inicialmente rechaçada. Decidiu então navegar rumo à baía da Ilha Grande, saqueando fazendas e engenhos depois de acostar na barra de Guaratiba. E enfim marchou por terra em direcção ao Rio de Janeiro. Os piratas somente foram contidos nas imediações da cidade, sobretudo pelas milícias de Bento do Amaral Silva, curiosamente neto do pirata francês Toussaint Gurgel, capturado durante a destruição da feitoria gaulesa em Cabo Frio no século XVI.

Nesta escaramuça, os franceses perderam cerca de quatro centenas de homens, acabando Duclerc detido, embora depois o autorizassem a residir livremente no Rio de Janeiro. Do lado português terão morrido em redor de meia centena, entre os quais Gregório de Castro Morais, mestre-de-campo da capitania e, por duas vezes, governador interino. O corsário francês acabou assassinado em Março do ano seguinte, por razões nunca esclarecidas, às mãos de um grupo de encapuzados. Consta, porém, que não por causa do seu ataque de corso, mas sim por andar atacando as mulheres dos outros.

Confiante que a derrota de Duclerc havia refreado novos ataques piratas, o governador Francisco de Castro Morais baixou a guarda. Fez mal, porque na madrugada de 12 de Setembro de 1711, encoberta por uma densa e incomum bruma matinal, chegou num ápice e com inexcedível perícia uma armada capitaneada por René Duguay-Trouin. Desta vez, a força dos corsários gauleses metia respeito: sete naus de guerra, seis fragatas e cinco embarcações de apoio. No total dispunham de 740 canhões e mais de 5700 homens. Para se ter uma ideia desta força naval, em terra os portugueses contavam apenas 174 canhões e menos de três mil militares, grande parte dos quais com soldo atrasado.

A única reação portuguesa, antes de Duguay-Trouin se apossar da ilha das Cobras, surgiu ironicamente do promontório do antigo forte criado por Villegagnon. Enquanto a bateria lusitana não foi destruída, ainda alvejaram mortalmente cerca de oito dezenas de piratas. Baixas reduzidas para tamanho colosso. Após curtos e letais combates — onde pereceram, entre outros, Bento do Amaral Silva e Bento do Amaral Coutinho, o selvático responsável pelo episódio do Capão da Traição durante a Guerra dos Emboabas¹⁴ —, Duguay-Trouin intimou então o governador Castro Morais a capitular. Obtendo uma recusa, durante dois dias os canhões franceses não cessaram de lançar metralha sobre a cidade, originando uma debandada geral, incluindo do próprio governador e suas chefias militares. Sem mais qualquer resistência, o líder dos corsários invadiu e apoderou-se das fortalezas e trincheiras, seguindo-se a costumeira pilhagem. Nem tudo foi mau para toda a gente: os piratas soltaram umas dezenas de presos da Inquisição, que assim se safaram de penas eclesiásticas.

Duguay-Trouin não tinha pretensões colonizadoras; era pirata, estava ali para saquear e sacar o mais que pudesse no mais curto espaço de tempo e com menor dano para si e seus compinchas. Saberria que, mais tarde ou mais cedo, surgiria uma contra-ofensiva portuguesa de outras capitânias. Por isso, mostrou-se lesto em negociar um abandono da cidade sob a condição de um resgate de 12 milhões de cruzados. Não havia tanto, respondeu-lhe o governador. O corsário, que estava com pressa, era também um bom diplomata, um excelso negociador. Fez assim um desconto para acelerar a saída, mas quis deixar tudo «legalizado». Assim, a 11 de Outubro, na presença de um representante de Castro Morais, o

¹⁴ Ver o capítulo «Os Heróis Não São Eternos» (pág. 171).

resgate acordado ficou em letra de forma, sob a pena de um tabelião. Aí se estabeleceu que o governador do Rio de Janeiro se comprometia a «pagar seiscentos mil cruzados em doze ou quinze dias; e que por não sentir donde possa tirar mais contribuição deste povo, ofereceu a sua senhoria [ao corsário francês] cem caixas de açúcar, duzentos bois, e dez mil cruzados em dinheiro, ficando com o sentimento de se não achar com mais para lhe oferecer». Os portugueses, nos termos dessa rendição, foram ainda obrigados a comprar pólvora aos «senhores oficiais franceses», muita da qual furtada nos paióis lusitanos. Depois disto, e não tendo mais por onde roubar — na fuga, a população levava o ouro —, Duguay-Trouin zarpou de regresso a França a 13 de Novembro, quando o governador de Minas Gerais, António de Albuquerque, já se encontrava próximo do Rio de Janeiro com oito mil homens.

Muitas pragas e maldições terá Duguay-Trouin recebido com o chorudo resgate. De facto, por azar ou desígnio divino, apanhou um temporal ao largo dos Açores que lhe fez perder duas valiosas naus. Em todo o caso, o rei francês ficou-lhe bastante grato, e em Versalhes condecorou-o e concedeu-lhe uma pensão de dois mil francos. Em pior estado ficou o governador do Rio de Janeiro, Castro Morais, uma antítese do seu irmão Gregório. Não apenas a História lhe reservou o cognome de *O Vaca*, como o sujeitaram a uma devassa, acusado de cobardia e de assinar uma capitulação vergonhosa. Saiu condenado ao degredo perpétuo para a Índia, pena mais tarde revogada. Mas quem mais amargou foi o povo carioca. Além dos prejuízos pelas destruições, teve de suportar o pagamento integral do resgate através de impostos especiais que vigoraram até 1716.

Em casa roubada, tranças à porta. Após estes dois episódios, reforçaram-se as defesas militares do Rio de Janeiro, e a cidade foi reflorescendo cada vez mais. Algumas décadas mais tarde, durante o reinado de D. José, ascendeu ao estatuto de capital da colónia do Brasil, em substituição de Salvador da Bahia. E, por obra e graça da chegada da Corte portuguesa em 1808, por causa de Napoleão — ou seja, mais uma vez por culpa dos franceses —, ganharia uma projecção majestática, de que hoje ainda beneficia. Para sorte de todos, incluindo agora também os turistas franceses.